Capítulo V. Heresia sobre a graça

A última heresia da gnose, que poderia muito bem ser a primeira, encontramos na definição da exigência da visão beatífica que, segundo a gnose, é uma exigência da pessoa humana, de sua transcendência, ou seja, da dignidade que o espírito divino lhe confere. É aqui que se evidencia o caráter gnóstico do erro bastante atual que é o personalismo:

> «Por um lado, a Escritura ensina que conheceremos Deus "como Ele é". Por outro lado, é a própria natureza humana que exige tal conhecimento» (p. 412).

Borella renova aqui a heresia de Bayo ou Michel de Bay (em 1567), que faz da beatificação uma exigência da natureza da pessoa humana. Exigência que está latente em todo o personalismo. É a exigência da transcendência da pessoa humana.

A realização da pessoa humana, tanto para a gnose quanto para o personalismo, é dada somente em Deus, como provam os seguintes textos do professor Borella, os quais demonstram, mais uma vez, a confusão entre a ordem natural e a ordem sobrenatural, bem como a exigência desta última para a pessoa humana:

> «Não podemos nos tornar nós mesmos senão em Deus» (p. 82),

o que concorda com as seguintes ideias:

> «o homem é um ser em devir» (p. 101); «a natureza atual do homem não é sua verdadeira natureza» (p. 102); «até o momento em que ela (a pessoa) se cumpre na Pessoa divina que, sendo a personalidade por excelência, a essência mesma de toda pessoa, lhe confere finalmente sua verdadeira identidade» (p. 135); «Último paradoxo e o mais fundamental de todos, nesta busca do eu, não é ele que devemos visar, mas o próprio Deus, não a pessoa humana, mas a Pessoa divina que, Sozinha, conhece nosso verdadeiro eu; porque nosso eu não é nada mais do que esse próprio conhecimento... É pela graça da Identidade suprema que cada um realiza sua própria identidade» (p. 148).

A gnose não faz distinção entre o ser criado à imagem e semelhança de Deus e o ser que é a imagem e semelhança de Deus; além disso, Borella afirma:

> «O homem é a imagem de Deus» (p. 144).

Ora, isto pertence exclusivamente ao Verbo, ao Logos divino, ao Filho de Deus e não ao homem. Pois, como observa bem São Tomás:

> «Para designar a imperfeição da imagem no homem, o homem não é apenas chamado imagem, mas à imagem de, por meio do qual se designa um movimento que tende à perfeição. Mas ao Filho de Deus não se pode dizer que é à imagem de, porque é a perfeita imagem do Pai», S. Th. I, q. 35, a. 2, ad 3.

Existem duas classes de imagens: a imagem perfeita, que é aquela que procede do modelo segundo a mesma natureza, e a imagem imperfeita (ou imprópria), que, sem proceder segundo a mesma natureza, é de uma natureza distinta do modelo. Por essa razão, São Tomás ensina:

> «a imagem de algo se encontra de duas maneiras em alguma coisa. De um modo, em uma coisa de mesma natureza segundo a espécie: como a imagem do rei se encontra em seu filho. De outro modo, em uma coisa de outra natureza: como a imagem do rei se encontra em uma moeda. Da primeira maneira, o Filho é a imagem do Pai; da segunda maneira, diz-se que o homem é a imagem de Deus» (S. Th., Ibid.).

Além disso, o professor Borella sustenta que:

> «A semelhança indica então a pessoa espiritual» (p. 144),

uma vez que a semelhança é a consequência da imagem; ela está implicada:

> «Ela (a semelhança) é nomeada em segundo lugar porque é como uma consequência da imagem, ela está implicada pela imagem. É por isso que, às vezes, a imagem é mencionada sozinha» (p. 144).

Assim, o professor Borella pode falar de imagens semelhantes, uma vez que a imagem é conforme ao seu modelo divino, o que significa:

> «que, em sua natureza, o homem se assemelha a Deus» (p. 144).

Como acabamos de ver, é a mesma heresia na qual caem João Paulo II e o Vaticano II. É o erro fundamental da "nova teologia" e da salvação universal, denunciado pelo professor Dormann em seu livro:

> "A Estranha Teologia de João Paulo II e o Espírito de Assis" (ed. Fideliter, 1992, p. 104).

O professor Borella afirma não apenas que o homem, imagem de Deus, em sua natureza se assemelha a Deus, mas ainda que ele é Deus em si mesmo, como vimos em um texto já citado, mas que nos parece bom recordar aqui:

> «O homem é, portanto, não apenas Deus para o mundo, mas ainda em si mesmo» (p. 144).

Portanto, a visão beatífica não é nada mais do que o conhecimento que Deus tem do nosso eu:

> «a Pessoa divina que Sozinha conhece nosso verdadeiro eu, porque nosso eu não é nada mais do que esse próprio conhecimento» (p. 144).

O baianismo é, portanto, o erro no qual cai a gnose do professor Borella. O baianismo busca as raízes de seu erro na confusão entre a ordem natural e a ordem sobrenatural. Bayo, em um de seus erros, considerava que

> «a justiça original era própria do homem como parte integrante de sua natureza, entretanto, era um dever e não um dom gratuito» (Dict. de Théol., P. Parente, p. 46).

O professor Borella, ao falar do ‘estado primitivo’, do ‘homem primitivo’... cai no mesmo erro ao considerar o estado de justiça original como parte integrante de sua natureza.

A heresia de Bayo foi condenada pela Igreja:

>

> «A elevação e exaltação da natureza humana à participação na natureza divina era devida à integridade do estado primitivo e deve, portanto, ser dita natural e não sobrenatural» (Erros de Bayo: «21. A exaltação e elevação da natureza humana à participação na natureza divina era devida à integridade do estado primitivo e deve, portanto, ser dita natural e não sobrenatural.» Ds. 1921).
>
> «É absurda a opinião daqueles que dizem que o homem foi, desde o início, elevado acima da condição de sua natureza por um dom sobrenatural e gratuito, para honrar a Deus sobrenaturalmente pela fé, esperança e caridade» (Ds. 1923).
>
> «Integritas primæ creationis non fuit indebita humanæ naturæ exaltatio, sed naturalis eius conditio» «26. A integridade da primeira criação não foi uma elevação indevida da natureza humana, mas sua condição natural.» (Ds. 1926).

Todas as expressões tais como:

> «A substância humana é capaz, por si mesma, de um comportamento quase divino» (p. 43), «o espírito designa a vida divina na criatura», «o intelecto naturalmente sobrenatural»... (p. 161)

continuam a confusão do natural com o sobrenatural.

Como podemos nos defender da acusação de baianismo quando lemos afirmações como as que acabamos de ver:

> «E, no entanto, esse espírito que nos é dado na graça também faz parte de nossa natureza, mas de uma natureza de certa forma sobrenatural» (p. 160).

Uma de duas: ou nosso espírito natural já é sobrenatural e a graça apenas o coloca em ato, e isso é o erro de Bayo, que o Sr. Borella professa; **ou nosso espírito não é sobrenatural, não tem nenhuma capacidade positiva em relação ao sobrenatural, e a graça o eleva acima de sua natureza: isso é a doutrina católica**.

É absolutamente necessário distinguir três diferentes espíritos ou pneuma: o Pneuma divino, que é o Espírito Santo e sua ação; o pneuma humano encontrado em São Paulo, que é o espírito humano elevado pela graça; e finalmente o pneuma humano dos filósofos, que é simplesmente o espírito, a parte espiritual da alma humana, constitutivo da natureza do homem.

O professor Borella esmaece os limites que separam esses três espíritos: essas são suas duas principais erros fundamentais ou heresias monumentais.

Esses erros de Borella foram igualmente condenados pela Igreja na pessoa de Quesnel, que faz da graça uma exigência da natureza, e na reprovação do concílio de Pistóia, onde é mencionada a condenação de Bayo e de Quesnel.

> «Gratia Adami est sequela creationis et erat debita naturæ sanæ et integræ», «A graça de Adão é uma consequência da criação e era devida à natureza sã e íntegra» (Ds. 2435),

dizia Quesnel, e a Igreja o condenou:

> «A doutrina do Sínodo de Pistóia sobre o estado de feliz inocência, tal como a apresenta em Adão antes do pecado, a saber, abrangendo não apenas a integridade, mas também a justiça interior com o impulso para Deus através do amor de caridade, e a santidade primitiva restaurada de outra maneira após a queda; na medida em que, considerada em seu conjunto, insinua que esse estado foi uma consequência da criação, devido em virtude de uma exigência natural e da condição da natureza humana, e não um benefício gratuito de Deus (é): falsa, já condenada em Bayo (1901 ss) e em Quesnel (2434 ss), errônea, favorecendo a heresia pelagiana» (Ds. 2616).

Revision #3
Created 5 July 2024 03:58:21 by Admin
Updated 5 July 2024 04:10:42 by Admin